



## CAPÍTULO LATINO-AMERICANO DA REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO BOLETIM Nº2 ABRIL 2007

### Em resumo...<sup>1</sup>

#### Multilaterais

Na OMC os países não parecem chegar a um acordo com o tema dos subsídios agrícolas nem com a dedução nem com as exceções, como os produtos especiais e mecanismos de salvaguarda especiais. Adicionalmente, a incerteza cresce devido à evolução da aprovação do “fast track” nos Estados Unidos. Por sua vez, as Organizações da Sociedade Civil observam -e atuam- frente às conseqüências dos acordos bilaterais e multilaterais.

#### A América Latina

O mês de março estreou com a visita de George Bush a alguns países da América Latina. No entanto, os resultados de sua viagem não deixaram nenhum dos atores envolvidos conformados. Neste sentido, Lula, quem, além disso, visitou a Bush em Camp David, se mostrou firme na sua postura com respeito aos temas da agenda do Presidente dos Estados Unidos, mesmo tendo assinado acordos no tema de biocombustíveis.

Por outro lado, se estabeleceu na Costa Rica um referendo como a forma de decidir a aprovação ou não do tratado de livre comércio com os Estados Unidos, no marco de um aumento na oposição ao acordo. Adicionalmente, a CAN tenta concluir o processo de associação com o Chile e começar com o estudo de um Tratado de Associação com a União Européia.

Por último, na Cúpula de Margarita de meados de abril foi criada a UNASUL, como organismo coordenador da integração latino-americana. Adicionalmente, os presidentes formaram comissões para tratar os temas da integração energética, embora não tenham chegado a propostas concretas. As relações de Kirchner e Chávez continuam sendo muito próximas, embora o papel de Lula nas suas intensas viagens e declarações sobre as temáticas da agenda regional tenha se destacado.

<sup>1</sup> Este boletim é elaborado pelo Capítulo Latino-americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio, com o apoio da UNIFEM. Este boletim será entregue periodicamente a cada mês e meio. Pedimos que enviem as dúvidas e sugestões ao correio eletrônico [boletinigt@adinet.com.uy](mailto:boletinigt@adinet.com.uy) dirigidas a Sebastián Fleitas.

**O que será que será... O que não tem remédio*****Incerteza nas negociações na OMC devido às posturas dos EUA e da Europa sobre os subsídios e pela renovação do "Fast Track"******"Meça o que for mensurável e faça mensurável o que não o for"***

As autoridades da Índia e dos Estados Unidos fizeram declarações públicas opostas quanto às negociações pelos subsídios agrícolas no marco da OMC. No dia primeiro de março, a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, criticou a posição da Índia na OMC, e a diferenciou da posição que adota o Brasil nestas negociações. Estas declarações situavam Brasil e Índia, países com peso significativo dentro do grupo de países em desenvolvimento, em dois "grupos" diferentes. As declarações dos representantes da Índia não se fizeram esperar, e no dia 7 de março depois da reunião de ministros dos EUA, Europa, Brasil e Índia, o representante deste país criticou a política de subsídios norte-americana e a postura dos EUA quanto a este tema para o ano 2007. Neste sentido, o Secretário de Comércio da Índia, Gopal Pillai, declarou: "Neste momento, ninguém quer falar de números. Enquanto os EUA não falar de números é difícil avançar". Pillai assinalou ainda que a nova lei agrícola estabelece um teto para os subsídios de 22 bilhões de dólares, o que representa um aumento frente aos 19 bilhões de 2006.

***Tomemos cuidado ou ficaremos de fora***

O governo do México apresentaria uma reclamação ante a OMC por causa da política de subsídios levada a cabo pelo governo dos Estados Unidos. Em fevereiro deste ano a Câmara baixa aprovou por unanimidade uma moção que pedia ao Executivo que aderisse à reclamação que o Canadá está fazendo e que foi apoiada por 33 países da América Latina, Europa e Ásia. Alguns analistas opinam que se o México não participar desta controvérsia, poderia

ficar fora dos benefícios da resolução da OMC. Esta também, no dia 20 de março, autorizou uma investigação sobre as tarifas que a União Europeia estabelece sobre as importações de bananas. Esta investigação foi pedida pelo Equador e apoiada por outros países latino-americanos e pelos Estados Unidos que se acham prejudicados pelo tratamento diferencial que a Europa brinda a suas ex-colônias.

***Que "concessões recíprocas" são adequadas?***

O presidente de Estados Unidos, George Bush, manifestou na sua viagem à África do Sul, nos primeiros dias de março, que estaria disposto a diminuir os montantes dos subsídios agrícolas para acelerar as negociações da Rodada de Doha se em troca os Estados Unidos receber concessões recíprocas adequadas. Neste sentido, pediria aos outros países reduzir a tarifa zero a todos menos 5% das linhas tarifárias de produtos agrícolas, ainda quando sustenta que com 1% de reserva seria suficiente. Esta posição é incompatível com a que vinham estudando os países em desenvolvimento de proteger do recorte completo 20% das linhas tarifárias.

***Um fracasso nas negociações (lhe) trairia graves perigos***

Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, fez uma chamada para a tomada de "decisões valentes" para colocar fim às negociações da Rodada de Doha. Neste sentido expressou que "ninguém será obrigado a aceitar compromissos desequilibrados ou desmesurados, mas todos os países deverão contribuir com seu grão de areia". Para Lamy, um dos riscos que se corre caso as negociações desta Rodada demorem é "a multiplicação de acordos bilaterais

ou regionais que complicam as regras do comércio, são discriminatórias e deixam à margem assuntos tão importantes como os subsídios agrícolas ou as normas antidumping". O Secretário-geral concluiu, novamente, seu argumento com um "chegou o momento de atuar".

### **Limite de velocidade**

Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, instou, a fins de abril, o Congresso dos

Estados Unidos a aprovar o mecanismo do "Fast Track", já que se acredita que de outra maneira os resultados da Rodada de Doha estariam muito comprometidos. No dia 2 de abril venceu o prazo para o pedido de renovação automática sem que o mesmo fosse levado ao Congresso. Neste marco, acredita-se que o Legislativo norte-americano estenderá com limitações os poderes de negociação comercial do Executivo para poder pôr fim às negociações de Doha.

### **E todos os vizinhos irão se encontrar**

**Segundo Wallerstein, a sociedade civil parece passar de uma postura defensiva a outra propositiva. Algumas das reuniões em nível mundial caminham por este rumo.**

### **Outro Mundo é Possível**

A sétima edição do Fórum Social Mundial 2007 ocorreu em Nairóbi, Quênia, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 2007. Já passados dois meses dessa instância, no site do FSM aparecem alguns comentários que tentam avaliar os resultados do mesmo. Neste sentido o artigo "Ecos do Fórum Social de Nairóbi" de León e Burch, assinala que este Fórum foi significativo entre outras coisas porque pela primeira vez foi realizado na África, pelo lançamento da Campanha de Reforma Agrária para este continente, o fortalecimento das redes entre as organizações da sociedade civil e por assinalar e propor soluções sobre os temas da dívida, o HIV e a soberania alimentar. Contudo, as autoras também assinalam algumas críticas como a comercialização do Fórum, a terceirização dos serviços no mesmo, a "onguização" derivada da perda da participação civil não organizada e a superdimensionada participação das igrejas cristãs. Além disso, no Fórum 2007 tentou-se avançar na temática de Gênero embora fique ainda muito por fazer. Neste sentido, Onyango Oloo, coordenador do Fórum Social Kenya, lembrava no final do Fórum anterior (2006) que o FSM tinha avançado pouco neste aspecto e que nas suas reuniões, permanentemente

se viam "relações homosociais" nas quais os homens preferem homens na hora de falar e na hora de organizar seminários ou editar um livro. Em uma outra ordem de coisas, Immanuel Wallerstein, um dos teóricos da Economia-Mundo, acha que nesta sétima edição, no Fórum Social Mundial já não sobram quase rastros daquele discurso "defensivo" que caracterizou o âmbito nos seus inícios. Ao mesmo tempo sentenciou: "O FSM se assemelha às vezes a uma tartaruga lenta e pesada. Mas na fábula de Esopo, a veloz e fulgurante lebre de Davos perdeu a corrida".

### **Soberania alimentar na África**

Também na África, neste caso em Mali, aconteceu em Fevereiro de 2007 o encontro Nyeleni 2007. Fórum para a Soberania Alimentar. Cerca de quinhentas pessoas, representando mais de 80 organizações vinculadas à temática, discutiram nas instâncias do Fórum assinando uma declaração conjunta na qual são assinalados os pontos pelos quais se luta e as coisas às que se opõem. Entre os principais motivos, se destaca a luta para que "todos os povos, nações e Estados possam decidir seus próprios sistemas alimentícios e políticas que proporcionem a cada um/uma de nós

alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados”. Entre outros, também são objetivos deste movimento: a luta pela igualdade de gênero nas questões de produção agrícola, a defesa da diversidade nestas questões e a reforma agrária para melhorar a situação dos camponeses e das comunidades indígenas, recuperando seus direitos sobre a terra. Por sua vez, os subscritores se declaram, entre outras coisas, contra o dumping aos alimentos para a exportação, às tecnologias que corroem a capacidade produtiva do futuro e causam danos ao meio ambiente e “à internacionalização

e a globalização dos valores paternalistas e patriarcais que marginalizam as mulheres e as diversas comunidades agrícolas, indígenas, pastoris e pesqueiras no mundo”. Além disso, o “imperialismo, o neoliberalismo, o neocolonialismo e o patriarcado, e todo sistema que empobrece a vida, os recursos, os ecossistemas e os agentes que os promovem, como as instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio, os acordos de livre comércio, as corporações multinacionais e os governos que prejudicam seus povos”.

#### SOBERANIA ALIMENTAR

O conceito de “Soberania Alimentar”, de acordo com as organizações participantes de Nyeleni 2007, se refere ao “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito a decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo”. Segundo este conceito, as políticas alimentares deveriam estar centradas nas pessoas e não nas exigências do mercado e das empresas.

Este conceito implica também dar prioridade às economias locais e aos mercados locais e nacionais. Promove o comércio transparente, a garantia dos direitos de acesso e gestão dos recursos naturais assim como também a constituição de novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.

A primeira vez que se utilizou este conceito foi no ano 1996, pela organização Via Camponesa na Cúpula Mundial da Alimentação. O conceito de “Soberania Alimentar” surge das discussões sobre “Segurança Alimentar”. A FAO<sup>2</sup> utiliza este conceito quando “todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências quanto aos alimentos com o fim de levar uma vida ativa e sã”.

De acordo com os que lutam pela “Soberania Alimentar”, o conceito da FAO ao não se referir ao modo de obtenção desse produto e por quem, deixa espaço entre outras coisas às políticas de dumping, expulsa aos camponeses de suas terras e termina gerando mais pobreza, marginalização e fome. Pelo contrário, a luta pela Soberania Alimentar se proclama em nome de “um mundo onde caibam muitos mundos, onde a força e a dignidade humana sejam construídas através da solidariedade e do respeito pelas diversidades e onde todos os países e povos tenham o direito a definir suas políticas”.

<sup>2</sup> Extraído da página da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, por sua sigla em inglês) no seguinte endereço <http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.htm#Nota1>.

**Cúpula de Organizações da Sociedade Civil paralela à Reunião do G33**

Na cidade de Jacarta, a Indonésia, no dia 21 de março se reuniu o G33 (grupo de países em desenvolvimento) para avaliar as negociações no marco da OMC. Nesta reunião participaram também o diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, o Embaixador da União Européia, Peter Mandelson, e alguns negociadores dos Estados Unidos. Além disso, se reuniram na mesma cidade um conjunto de organizações sociais para discutir a evolução das negociações dos países em desenvolvimento na OMC, intercambiar informação sobre as propostas dos países e desenvolver um plano conjunto de ação. Neste sentido, se temia que a presença de Lamy, Mandelson e de representantes dos Estados Unidos estivesse dirigida a "erodir" a posição dos países do G33

quanto às questões dos Produtos Especiais (SP, por suas siglas em inglês) e aos Mecanismos Especiais de Salvaguarda (SSM, por suas siglas em inglês). De acordo com estas organizações, estes mecanismos (SP e SSM) podem ser usados para manter a segurança alimentar, a segurança do sustento dos povos e os objetivos de desenvolvimento rural. Entre outras propostas, convoca-se os países do G33 para que solicitem 20% das linhas tarifárias como produtos especiais nas negociações da OMC, que se integrem a atores rurais nas discussões sobre SP e SSM e que seja incluída a perspectiva de gênero para determinar a lista de produtos especiais. Por último, se exortou o G33 e os governos a realizar um conjunto de políticas que impeçam a marginalização de pequenos camponeses e camponesas rurais, de pescadores artesanais e de outras populações rurais.

**Uma volta pelo Pátio Traseiro.**

**A viagem de Bush, debatida nos Estados Unidos e em todos os países latino-americanos, não satisfaz os objetivos dos envolvidos. Na sua contra-viagem, Chávez disse que Bush nem sequer cheirava a enxofre, pois era um cadáver político.**

**Alvoroca-se a vizinhança.**

Durante a primeira quinzena de março, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, fez uma viagem por alguns países latino-americanos. A agenda do Bush incluía o Brasil, o Uruguai, a Colômbia, a Guatemala e o México. Antes do começo da mesma, se alçaram nos Estados Unidos um conjunto de vozes sobre as motivações e conseqüências da mesma. Neste sentido, no começo de março, um pequeno grupo de senadores democratas propunham que os Estados Unidos deviam se aproximar com maior interesse da América Latina, porque ao não fazê-lo estariam empurrando a mesma para os braços "sempre generosos" do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Neste sentido, este grupo de senadores democratas visualizava com

preocupação o tema dos cortes da ajuda para a América Latina na lei orçamentária que está sendo discutida nos Estados Unidos. Por sua vez, o senador republicano Dan Burton, colocava a questão nos seguintes termos: "Se não nos esforçamos com a América Central e a América do Sul, em um futuro não muito distante teremos um grande confronto ali que rivalizará ou talvez será inclusive pior do que o que vimos na década de oitenta em El Salvador, Nicarágua e outras partes". O presidente Bush respondeu frente às vozes que se levantavam no Congresso solicitando que este órgão lhe autorize um Plano de Ajuda para a região por 1.470 milhões de dólares, destinado a programas de ajuda a pequenas empresas e de ensino do idioma inglês, entre outras coisas. Por sua vez, o jornal New York Times publicou um artigo editorial antes do começo da

viagem de Bush, chamando o Presidente a aproveitar este momento para lançar uma segunda "Aliança para o Progresso". A analogia se fazia porque a principal motivação para a "Aliança" foi a popularidade da revolução cubana na região (com Fidel Castro como figura carismática) e que, atualmente, esse papel estaria sendo cumprido pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Neste sentido, o NY Times se congratula da atividade de Chávez no continente se o mesmo é capaz de fomentar uma atitude mais ativa dos Estados Unidos. Segundo os editores do jornal para "tirar a milhões de pessoas da extrema pobreza, só um grande esforço dos EUA - a maior economia e a democracia mais sólida do continente - pode fazer uma diferença".

### Decepcionados

Vários artigos de imprensa e diferentes analistas coincidiram que a visita de George Bush à América Latina não saiu da maneira que o Presidente de Estados Unidos queria. Na maioria de seus destinos, Bush se limitou a fazer declarações de boa vontade, mas sem assinar acordos concretos significativos. Na maioria dos lugares de sua viagem, o presidente abordou os temas da luta contra o narcotráfico, as migrações, a educação e o comércio, mas as reflexões não foram concretizadas em acordos que permitissem abordar estas questões. No entanto, no caso dos biocombustíveis - em particular o etanol - durante a viagem chegou-se a um acordo com o governo do Brasil. Este acordo melhora a coordenação entre ambos países para estabelecer standards técnicos internacionais sobre os biocombustíveis, para sua melhor inserção no mercado internacional. Também fica estabelecido neste acordo que os Estados Unidos e o Brasil fomentarão a produção de biocombustíveis em países da América Central e o Caribe. Adicionalmente, e para seguir discutindo este tema, Bush convidou Lula para visitá-lo na residência de Camp David, nos Estados

Unidos, no final do mês de março. No entanto, tampouco neste tema as coisas parecem ter saído de todo bem ao presidente Bush. Finalizada a reunião, o presidente do Brasil declarou que se sentia decepcionado porque não conseguiu que seu colega norte-americano se comprometesse a reduzir as tarifas de 0,54 dólar por galão - mais uma porcentagem de 2,5% - que os Estados Unidos impõe ao etanol brasileiro.

### A "contra-viagem"

Enquanto o Presidente de Estados Unidos fazia sua viagem por alguns países da América Latina, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fazia uma "contra-viagem" por outros países latino-americanos buscando marcar sua oposição no que para ele era uma expressão do "imperialismo yanque". Dentro dos destinos que visitou o presidente venezuelano, destaca-se sua visita à Argentina por vários motivos. Primeiramente, pelo estreitamento nas relações que estão sendo desenvolvidas entre os Presidentes de ambos países. Entretanto, o principal motivo de destaque foi o ato que Chávez realizou em Buenos Aires justo quando o Presidente dos Estados Unidos se encontrava em Montevideu, tão próximo como simplesmente cruzar o Rio da Prata. Nesse ato, o presidente Chávez afirmou em relação ao Presidente Bush que "Estamos diante da presença de um cadáver político. Já nem sequer tem cheiro a enxofre, tem o cheiro de um cadáver... de um cadáver político".

### O que faltava

Os últimos dias de março e primeiros de Abril, o Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula Da Silva, aceitou o convite de seu par norte-americano e foi à residência de Camp David. A agenda implícita para a reunião incluía o tema dos biocombustíveis, mas também os temas das negociações na OMC, as relações entre o governo do Brasil e do Irã (inimigo de Bush) e a situação latino-

americana em relação à influência do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. No entanto, das conversações mantidas sobre estes pontos pouco se pôde concordar entre Brasil e Estados Unidos. Sobre a relação de seu país com o Irã, Lula afirmou "com convicção que a Petrobrás continuará investindo ali. O Irã foi um importante sócio comercial para nós". Por outra parte, sobre as negociações no marco da OMC, Lula afirmou que a Rodada de Doha deve avançar sobre o objetivo de conseguir reduzir a pobreza, criticando o papel dos Estados Unidos na mesma pelas políticas protecionistas e de subsídios. Com relação à influência do presidente Chávez na América Latina, o

presidente Lula não fez nenhum tipo de declaração, enquanto que os funcionários norte-americanos continuaram com a mesma linha de não referir-se à influência venezuelana nem aos agravos de Chávez a Bush. Diferentemente do sucedido nos outros temas, no caso dos biocombustíveis os presidentes continuaram discutindo e novamente acordaram a necessidade de que o Brasil e os Estados Unidos avancem juntos em uma política mundial que incentive estes combustíveis. De qualquer forma, as palavras de Lula ao voltar ao Brasil foram claras: "se alguém me pergunta o que levo de volta, eu lhe diria que nada".

#### Biocombustíveis

O termo "biocombustíveis" se refere a combustíveis de origem biológica obtidos de forma renovável, ou seja, a biomassa que dá origem a este biocombustível em teoria pode ser renovada e o dióxido de carbono que estes combustíveis geram ao serem utilizados seria neutralizado no próprio processo de regeneração da biomassa. Em geral, este termo se opõe ao de "combustíveis fósseis" – como o petróleo - que se bem provêm também de biomassa, não são renováveis.

Dentro desta definição de biocombustíveis, se encontram o bioetanol e o biodiesel. O primeiro deles é um álcool obtido a partir do açúcar existente, por exemplo, na beterraba, milho, cevada, trigo, cana-de-açúcar e sorgo. Este álcool, misturado com gasolina, pode ser usado como combustível obtendo uma menor contaminação do que daquela provocada pela gasolina normal. Por outra parte, o Biodiesel é um combustível que misturado com o Diesel pode ser utilizado para qualquer motor sem necessidade de adaptá-lo. O Biodiesel é obtido a partir de azeites vegetais de cultivos oleaginosos como a soja ou o girassol.

O auge dos biocombustível está vinculado ao significativo aumento do preço do petróleo nos últimos anos, o que lhe outorga competitividade nos custos. O preço do petróleo depois de ser 17,5 dólares o barril em novembro de 2001, ficou acima dos 76 dólares durante 2006 e atualmente se encontra em 64 dólares o barril, apresentando um aumento de ponta a ponta de 266%. Estes preços do petróleo fizeram com que os países tentassem formular políticas para reduzir seu consumo e nesse marco é que se aprova, por exemplo, a lei de promoção da energia renovável nos Estados Unidos no ano 2005. Esta lei inclui numerosos subsídios para a produção de milho, principal insumo neste país para a elaboração de etanol.

Quanto aos mercados, por um lado o biodiesel é produzido fundamentalmente pelos países da União Européia, enquanto por outro lado o bioetanol é produzido fundamentalmente pelo Brasil e pelos Estados Unidos. Contudo, o Brasil produz o etanol a partir da cana-de-açúcar enquanto que os Estados Unidos o produz fundamentalmente a partir do milho, que é mais ineficiente e mais caro. Desta forma, frente à conjuntura dos preços do petróleo e a evidente preocupação pelo seu esgotamento em algum momento ao não ser renovável, os Estados Unidos poderiam

querer do Brasil a tecnologia e a experiência para produzir etanol a partir de cana-de-açúcar.

Por outra parte, diversas organizações se manifestaram contra os modelos vigentes de produção de biocombustíveis. Estas organizações baseiam sua crítica desde a perspectiva da soberania alimentar, já que atar o preço dos alimentos ao preço da energia pode fazer com que muitas pessoas não possam ter acesso aos alimentos. Críticas similares foram sustentadas pelos Presidentes de Cuba, Fidel Castro, e da Venezuela, Hugo Chávez.

## Con...Tinho

### **Finalmente, a aprovação do US-DR-CAFTA será resolvida na Costa Rica mediante um referendo vinculativo, em um contexto onde a oposição à aprovação do tratado é cada vez maior.**

O Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua (US-DR-CAFTA, por suas siglas em inglês) foi assinado pelos executivos dos países em Agosto de 2004, sendo ratificado pelos parlamentos e posto em vigor por todos os países, salvo a Costa Rica, em diferentes momentos desde essa data. Além do trâmite de aprovação do TLC na Costa Rica, devem ser aprovados 13 projetos complementares, chamados "Agenda Complementar" que se referem a compromissos que a Costa Rica deve pôr em prática no início de vigência do TLC ou em um prazo menor aos 30 meses posteriores. A data limite que a Costa Rica tem para colocar em vigência o TLC é o dia 1 de março de 2008 já que o próprio US-DR-CAFTA estabelece que o prazo que os países têm para colocá-lo em vigência é até dois anos depois de que os Estados Unidos e um país centro-americano o ponham em vigência. Neste marco, o governo, a favor do tratado, e a oposição estão discutindo na Assembléia Legislativa a aprovação do TLC. No entanto, foi a sociedade civil e a comunidade acadêmica que conduziram a oposição ao tratado realizando estudos e encontros para discutir e divulgar os efeitos que implicaria sua aprovação. Neste marco, a fins de fevereiro se realizou uma marcha contra o TLC que reuniu 200 mil pessoas pelas ruas da capital da Costa Rica. No ato realizado no final da

marcha, em frente à Assembléia Legislativa, o ex-Presidente Rodrigo Carozo expressou: "Aqui estamos todos. Este não é um assunto de 38 votos, é um assunto de pátria. Não é uma conveniência política, o que está em jogo é a Costa Rica". Igualmente, sustentou que a luta popular deve ser levada a cabo até que o NAFTA seja desprezado pela Assembléia Legislativa. A opinião pública por sua vez considerou possuir muito pouca informação sobre o tratado e suas implicações. Não obstante, à medida que o processo de discussão e as mobilizações avançaram, os níveis de aprovação da opinião pública ao tratado foram diminuindo. Segundo a última pesquisa divulgada pelo diário La Nación da Costa Rica, do 24 de fevereiro, 39% dos cidadãos entendia que o NAFTA devia ser mais discutido, 35% que devia ser aprovado e 26% que devia ser recusado. Outrossim, caiu para 14% o número de pessoas que pensavam que a aplicação do TLC teria efeitos positivos, ficando atualmente em 37%. Neste marco, em meados de abril o Tribunal Supremo Eleitoral ditou uma sentença na qual se habilita a realização de um referendo vinculativo para a aprovação do TLC. Ainda que seja geralmente reconhecido o caráter democrático da Costa Rica, este seria o primeiro referendo na história do país. O Presidente da Costa Rica já assinou o decreto que convoca a realização do referendo e se espera que o mesmo seja realizado antes de setembro.

## A CAN aposta no Chile e na Associação com a Europa.

**No mês de maio, seriam resolvidos definitivamente os termos da associação do Chile e as negociações com a UE avançariam para a assinatura de um Acordo de Associação, a versão europeia do bilateralismo.**

### O filho pródigo...

As negociações para o retorno do Chile à Comunidade Andina de Nações (CAN), esta vez sob o status de país associado, começaram durante o ano 2006. O Chile foi membro fundador da CAN no ano de 1969, mas se retirou do bloco no ano 1976. Com motivo de iniciar as negociações para a reintegração deste país, a CAN envia no dia 7 de agosto de 2006 uma carta oficial dirigida à Presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Um mês e meio depois, mediante a Decisão 645 de 20 de Setembro de 2006, a CAN reconhece ao Chile o status de membro associado. Para a integração à CAN como País Associado, dadas as normas estabelecidas pelo Acordo de Cartagena, os países não só devem manifestar seu interesse, mas devem assinar um acordo de livre comércio com os países partes deste bloco. O Chile cumpria com estas condições já que, no marco da ALADI, assinou Acordos de Complementação Econômica para a conformação de áreas de livre comércio com a Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Adicionalmente, a resolução estabelece que “a República do Chile poderá ser convidada a participar das reuniões dos órgãos e instituições do Sistema Andino de Integração, à iniciativa do próprio órgão ou instituição ou como resposta a sua solicitação para abordar temas de interesse comum”. Neste marco, no dia 24 de novembro de 2006 os países da CAN e o Chile assinam a Ata que constitui a Comissão Mista entre estes países. Em dita ata se estabelece como

objetivo da Comissão definir “em um prazo de cento oitenta (180) dias corridos, contados a partir da assinatura da presente Ata de Constituição, as condições de participação da República do Chile nos órgãos e instituições do Sistema Andino de Integração, os mecanismos e medidas do Acordo de Cartagena e a normativa que se aplicará nas suas relações com os Países Membros da Comunidade Andina, assim como a forma na qual se administrarão ditas relações”. Por sua vez, se estabelece que o prazo máximo para que a Comissão eleve suas conclusões é o dia 24 de maio de 2007.

### O Tio Rico?

O Comitê de Representantes permanentes dos 27 membros da União Europeia acordou em meados de abril mandatos que determinarão as formas nas quais a União Europeia (UE) negociará os acordos com os países centro-americanos e com a CAN. Sob este marco, no dia 24 de abril a CAN e a UE anunciaram em Santo Domingo o começo das negociações para a elaboração de um Acordo de Associação entre estes dois blocos. A iniciativa se inscreve em uma nova estratégia de impulso ao bilateralismo por parte da UE, que pretende também avançar nas suas negociações com os países da América Central, do MERCOSUL, os países asiáticos de industrialização recente e outros países da Ásia.

**Outra cúpula latino-americana.****Na Venezuela os Presidentes se reuniram e discutiram novamente a integração energética, o Gasoduto do Sul e a integração sul-americana.****Longe do imperialismo**

No dia 16 de abril começou a Cúpula Energética de Margarita, na qual assistiram onze presidentes de países latino-americanos e um vice-presidente, em representação do Uruguai. Um dos temas que podia estar presente na Cúpula era a discussão sobre os biocombustíveis. No entanto, o Presidente anfitrião, Hugo Chávez, prometeu que não trataria do tema e que não brigaria com o Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, já que isso “é o que quer o imperialismo”. Contrariamente, na cúpula se abordou o tema da integração energética criando um Conselho Energético da América do Sul, ao qual se recomenda que elabore uma Estratégia Energética continental, um Plano de Ação e um Tratado Energético Sul-americano. Apesar disto, os governantes não puderam avançar em fórmulas para concretizar o anunciado Gasoduto do Sul.

**Mudança de hábito**

Outro dos resultados da Cúpula é a assinatura por parte dos presidentes de uma “Declaração de Diálogo Político” na qual acordam que o “esforço integrador” latino-americano se chamará “União de Nações Sul-americanas” (UNASUL), que terá sua Secretaria Permanente no Equador. O lançamento da UNASUL se inscreve no plano da “competição” entre os governos da Venezuela e Brasil pela liderança do processo de integração

latino-americana com os projetos da ALBA e a CASA.

**Talvez**

As declarações do Ministro de Economia do Brasil, Guido Mantega, sobre o Banco do Sul deixaram entrever um apoio do Brasil à iniciativa, embora haja algumas ressalvas. Neste sentido, no dia 15 de abril, Mantega anunciou que “o Brasil já decidiu que vai ser membro, só falta uma declaração política nesse sentido”, e que preferiria que este caminho do Banco do Sul fora transitado no marco do MERCOSUL. No entanto, e depois das reuniões que teve em Washington com funcionários do Fundo Monetário e do Banco Mundial, Mantega deixou muito claro em Washington que “o Brasil participaria em termos iguais dentro de certos princípios bancários legítimos e modernos”, caso contrário não participaria. Neste sentido, a discussão parece girar em torno da questão de se o Banco do Sul é um projeto de banco de desenvolvimento, que, por exemplo, outorgue empréstimos aos países para obras de infra-estrutura, ou se é um projeto tipo FMI, que ajude nas necessidades financeiras de curto prazo dos países. Esta segunda opção, de menor agrado para o Brasil, poderia implicar a necessidade de coordenar políticas macroeconômicas e a possibilidade de alcançar uma moeda única. Outro dos pontos de discrepância nas propostas é a capitalização do Banco, já que o Brasil não descarta a capitalização de fontes internacionais.

**Lula, Kirchner e Chávez: todos jogam seu jogo.****O MERCOSUL começa a concretizar o ingresso da Venezuela, inaugura o parlamento e se move com as estratégias de seus presidentes.**

### **Chávez-Kirchner**

As relações entre o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e seu par da Argentina, Néstor Kirchner, continuam em muito bons termos. Neste marco se inscreve o convite de Kirchner para que Chávez visitasse Buenos Aires, enquanto o Presidente de Estados Unidos, George Bush, se encontrava em Montevideú. Durante sua estadia na Argentina, Chávez realizou um ato contra Bush e assinou acordos com a Argentina sobre tecnologia alimentar e energia.

### **Como incluir à Venezuela?**

Continua o processo de incorporação da Venezuela ao MERCOSUL, terminando o trabalho da comissão Ad Hoc que devia estudar os caminhos pelos quais este país podia cumprir a jurisprudência anterior do bloco. Para isto, a comissão sugeriu a determinação de cinco fases, para que estes regulamentos possam ser adotados de forma gradual, em um prazo máximo de quatro anos a partir do início de vigência do Protocolo de Adesão. Também foram feitos avanços na comissão para a harmonização das nomenclaturas de comércio do MERCOSUL (NCM) e da região andina. Espera-se que a Venezuela adote a NCM o mais tardar em quatro anos e a Tarifa Externa Comum (TEC), se bem que este processo também seria gradual.

### **Parlamento MERCOSUL**

O parlamento do MERCOSUL começará suas sessões no dia 7 de maio no Palácio Legislativo da cidade de Montevideú. Este parlamento será integrado por 18 legisladores e legisladoras da Argentina, Brasil,

Paraguai, Uruguai e Venezuela. Por ser a primeira vez, estes legisladores foram escolhidos dos corpos legislativos de cada país. Contudo, se planeja que a partir de 2010 sejam escolhidos por voto direto.

### **Lula aumenta a aposta**

O Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, desenvolveu uma agenda carregada nos últimos meses tendo um forte protagonismo no processo de integração regional e nas relações unilaterais e multilaterais da mesma. Até o fim de fevereiro, Lula tinha visitado o Uruguai para melhorar as relações entre esses países, dadas às queixas que o Uruguai tinha feito sobre o comportamento dos sócios maiores. Posteriormente, nas suas reuniões com o Presidente de Estados Unidos, Lula se mostrou firme nas posturas do Brasil na OMC, na sua relação com o Presidente da Venezuela e nas suas relações comerciais com Irã. Por último, no final de abril, Lula visitou o Chile e a Argentina onde se encontrou com Michelle Bachelet e Néstor Kirchner respectivamente. Nestas reuniões, o Presidente Lula falou da necessidade da integração latino-americana, de sua relação com Chávez e até se permitiu afirmar no Chile que a continuidade do Presidente Kirchner na Argentina – este é ano eleitoral nesse país - seria muito boa para a integração latino-americana.

## Glossário

---

**Acordo de Associação (UE):** Acordos de Livre Comércio entre a União Europeia e um sócio comercial ou região, que da mesma forma que os TLCs, inclui outros temas de negociação como compras públicas, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

**ALADI:** Organismo de integração regional latino-americana que reúne doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Foi fundada em 1980 e tem sua sede em Montevidéu.

**Tarifa Externa Comum (TEC):** Tarifas alfandegárias que um conjunto de países adotam para efeito de taxar as importações de bens e serviços originários de outros países.

**G33:** Nome pelo qual é conhecido um grupo de mais de quarenta países com particular interesse nos efeitos que a liberalização comercial tenha sobre os agricultores.

**Linha Tarifária:** Representa uma “linha” dentro dos códigos tarifários dos países. Por exemplo, representa uma “linha” a 10 dígitos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, no caso deste bloco.

**Mecanismo de Autoridade para a Promoção Comercial (TPA, por sua sigla em inglês - conhecido também como “fast track”):** Mecanismo pelo qual o Senado dos Estados Unidos brinda ao Poder Executivo a faculdade de realizar as negociações comerciais, reservando-se o direito de votar as mesmas somente na “pasta fechada”, ou seja aprovando ou reprovando a totalidade das negociações.

**Mecanismo de Salvaguarda Especial:** são medidas especiais e de urgência aceitas pela OMC. Podem ser adotadas quando os produtores de um

país são prejudicados tanto por uma queda importante do preço ou um aumento súbito das importações de um bem. No entanto, para aplicar estes mecanismos o país deve ter substituído por restrições tarifárias as restrições não tarifárias que aplicava anteriormente.

**Organização Mundial do Comércio:** a Organização Mundial do Comércio (OMC) é a organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Foi fundada no ano de 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no marco do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos.

**Subsídios:** Podem ser diretos ou indiretos. Os primeiros consistem em um pagamento realizado aos produtores nacionais que vendem ao estrangeiro. Os segundos atuam através da devolução de tarifas sobre insumos importados, condicionada a certas metas de exportação, produção ou emprego que constituem incentivos à exportação. Em ambos casos, o efeito é melhorar os preços que recebem os produtores e a colocação desses produtos.

**Tratados de Livre Comércio (TLC):** acordos entre países que incluem temas comerciais, de investimentos, de compras públicas e de propriedade intelectual, que servem para regulamentar o intercâmbio comercial e de investimento entre os assinantes.